

BRASIL

Editado por: Ivone Portes | iportes@brasileconomico.com.br

Indústria resiste à decisão do governo sobre leilão de energia

Fiesp e Firjan insistem na necessidade de realizar leilões para contratos que vencem a partir de 2015

Juliana Garçon

jgarcon@brasileconomico.com.br

O setor industrial ainda resiste à decisão do governo de renovar os contratos de energia elétrica – geração, transmissão e distribuição – que vencem a partir de 2015. Ontem, os presidentes da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) e da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), que representam 70% da produção nacional, reafirmaram a contrariedade com a estratégia do Planalto para o setor – reduzir encargos para que a tarifa caia entre 10% e 20% – e exigem redução de 35% no preço do insumo.

“Mesmo se tirarmos impostos e encargos, temos custo mais alto do que nossos concorrentes”, reclamou Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, da Firjan, durante o 13º Encontro Internacional de Energia, na capital paulista. “Não abrimos mão”, enfatizou Paulo Skaf, da Fiesp.

O ministro Edison Lobão (Minas e Energia) era esperado para explicar a posição do governo. Porém, informou a desistência na sexta-feira (3), de acordo com Skaf, alegando compromissos inadiáveis em Brasília.



Skaf e Eugênio Gouvêa, que participaram de encontro ontem na Fiesp

O presidente da entidade paulista disse ainda que teria reunião com a presidente Dilma Rousseff em Brasília nesta terça-feira. Porém, logo voltou atrás e disse que o encontro foi adiado para o dia 14 – data fixada por Lobão para a divulgação da proposta final do governo.

A expectativa, porém, é de que o prazo não seja cumprido, de acordo com fontes ligadas à indústria. O “pacotão”, que deve incluir medidas de desoneração para reduzir entre 10% e 20% o preço da energia, só deve ser anunciado na segunda quinzena.

MENOS LUZ NA CONTA

Tributos pressionam preços de energia no Brasil

ENCARGOS FEDERAIS

- ▶ Conta de Consumo de Combustível (CCC)
- ▶ Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)
- ▶ Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)
- ▶ Encargo de Serviços do Sistema (ESS)
- ▶ Encargo de Energia de Reserva (EER)
- ▶ Taxa do Operador Nacional do Sistema (ONS)
- ▶ Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)
- ▶ Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D)
- ▶ Reserva Global de Reversão (RGR)
- ▶ Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

TRIBUTOS

PIS/Cofins - federal ICMS - estadual

Fontes: Instituto Acende Brasil e consultoria Andrade&Canellas



Resistência em SP

Se, de fato, a estratégia de Dilma para o setor de energia se apoiar num amplo alívio fiscal, o pacote encontrará resistência também no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. Andrea Calabi, secretário de estado da Fazenda, tem reafir-

mado que o estado não pretende reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cuja alíquota sobre a tarifa de energia, que, para a indústria e o comércio, chega a 18% e, para residências, varia entre 12% e 25%, conforme a faixa de consumo. ■

Fiesp e Firjan insistem na necessidade de realizar leilões para contratos que vencem a partir de 2015

O setor industrial ainda resiste à decisão do governo de renovar os contratos de energia elétrica - geração, transmissão e distribuição - que vencem a partir de 2015. Ontem, os presidentes da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) e da

Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), que representam 70% da produção nacional, reafirmaram a contrariedade com a estratégia do Planalto para o setor-reduzir encargos para que a tarifa caia entre 10% e 20% - e exigem redução de 35% no preço do insumo.

"Mesmo se tirarmos impostos e encargos, temos custo mais alto do que nossos concorrentes", reclamou Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, da Firjan, durante o 13º Encontro Internacional de Energia, na capital paulista. "Não abrimos mão", enfatizou Paulo Skaf, da Fiesp.

O ministro Edison Lobão (Minas e Energia) era esperado para explicar a posição do governo. Porém, informou a desistência na sexta-feira (3), de acordo com Skaf, alegando compromissos inadiáveis em Brasília. O presidente da entidade paulista

disse ainda que teria reunião com a presidente Dilma Rousseff em Brasília nesta terça-feira. Porém, logo voltou atrás e disse que o encontro foi adiado para o dia 14 - data fixada por Lobão para a divulgação da proposta final do governo.

A expectativa, porém, é de que o prazo não seja cumprido, de acordo com fontes ligadas à indústria. O "pacotão", que deve incluir medidas de desoneração para reduzir entre

10% e 20% o preço da energia, só deve ser anunciado na segunda quinzena.

Resistência em SP. Se, de fato, a estratégia de Dilma para o setor de energia se apoiar num amplo alívio fiscal, o pacote encontrará resistência também no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. Andrea Calabi, secretário de estado da Fazenda, tem reafirmado que o estado não pretende reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cuja alíquota sobre a tarifa de energia, que, para a indústria e o comércio, chega a 18% e, para residências, varia entre 12% e 25%, conforme a faixa de consumo.

MENOS LUZ NA CONTA

Tributos pressionam preços da energia no Brasil

ENCARGOS FEDERAIS

- Conta de Consumo de Combustível (CCC)
- Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)
- Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)
- Encargo de Serviços do Sistema (ESS)
- Encargo de Energia de Reserva (EER)
- Taxa do Operador Nacional do Sistema (ONS)
- Program de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)
- Pesquisa, Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D)
- Reserva Global De Reversão (RGR)
- Taxa de Fiscalização de Serviços da Energia Elétrica (TFSEE)

TRIBUTOS

PIS/Cofins - federal

ICMS - estadual

DE UMA CONTA DE R\$ 100,00

27% são tributos

10% encargos

40% preço da energia

23% custo da transmissão e distribuição

Fontes: Instituto Acende Brasil e consultoria Andrade&Canellas